

B)59



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO N.º 18/2022

PROPOSTA

N.º 2184/2022/DAF/DICONT/SERGEP

Realizada em 07/09/2022

DELIBERAÇÃO N.º 3023/2022

ASSUNTO: MANIFESTAÇÃO PRÉVIA DE INTENÇÃO DE EXERCER OU NÃO O DIREITO DE PREFERÊNCIA – PRACETA COMANDANTE SÁ LINHARES, N.º 1 - 3º ESQ., EM SETÚBAL

O Direito de Preferência, legal ou convencional, consiste grosso modo na atribuição ao seu beneficiário de primazia na transmissão onerosa. Este direito privado, está dependente da demonstração de manifestação de vontade em ser realizado nas mesmas condições que foram acordadas entre o sujeito obrigado à preferência e um terceiro.

Assim, considerando que,

Para manifestação prévia da intenção de exercer o direito de preferência, por parte do Município de Setúbal, no âmbito do Decreto-Lei n.º 263-A/2007, de 23 de julho, na sua versão atualizada, constam no sítio da internet, "Portal CASA PRONTA", os anúncios 127820/2022 e 128746/2022, dos quais são objeto o prédio correspondente à fração autónoma, designada pela letra J, do imóvel sito em Praceta Comandante Sá Linhares, n.º 1 - 3º Esq., em Setúbal, quanto à compra e venda das duas quotas-partes (1/2) do mesmo imóvel, pelos respetivos valores de 38 500,00€ e de 39 000,00€, perfazendo um total de 77 500,00€ (Setenta e Sete mil e Quinhentos euros) ;

e,

O referido prédio, encontra-se descrito na Conservatória do Registo Predial, sob o n.º 326 - J, e inscrito na matriz predial urbana, sob o artigo 1322 - J, ambos da Freguesia de Gâmbia - Pontes - Alto da Guerra, destinado a Habitação.

Analizadas as características do imóvel supra identificado, propõe-se que a Câmara Municipal de Setúbal, nos termos da alínea g), do n.º 1, do Artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, delibere, nestas alienações, o Não Exercício do Direito de Preferência sobre as quotas-partes do suprarreferido imóvel, pelos valores de 38 500,00€ (Trinta e Oito mil e Quinhentos euros), e de 39 000,00€ (Trinta e Nove mil euros).

Mais se propõe que a parte da ata respeitante a esta deliberação seja aprovada em minuta, para efeito do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O TÉCNICO

O CHEFE DE DIVISÃO

O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO

O PROPONENTE

APROVADA / REJEITADA por: Votos Contra; Abstenções; 11 Votos a Favor.

Aprovada em minuta, para efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 57 da lei 75/13, de 12 de setembro

O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ATA

O PRESIDENTE DA CÂMARA